



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Apresentação: 17/09/2024 15:14:01.297 - CPOV05

REQ n.51/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO N.º , DE 2024

(DA SRA. CÉLIA XAKRIABÁ)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais para discutir a temática da garantia de direitos nos territórios frente aos impactos da crise climática.

Senhora Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública a fim de discutir a temática da **garantia de direitos nos territórios frente aos impactos da crise climática**.

O pedido vem a partir da organização do Grupo de Trabalho (GT) Juventude da Frente Parlamentar Ambientalista, do Centro Brasil no Clima e da Climate Reality Project Brasil.

Sugiro que os(as) convidados(as) representem as seguintes organizações que poderão apresentar elementos relevantes sobre o tema:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Apresentação: 17/09/2024 15:14:01.297 - CPOV05

REQ n.51/2024

1. Climate Reality Project Brasil
2. Carta de Direitos Climáticos dos Quilombos Sítio Araçá e Jatobá II
3. Ministério do Meio Ambiente
4. Fundo Casa Socioambiental
5. Ministério da Justiça ou Direitos Humanos
6. GT Juventude da Frente Parlamentar Ambientalista

JUSTIFICATIVA

É inequívoco que os seres humanos esquentaram o planeta e intensificaram os impactos das mudanças climáticas em todo o globo. Esse aumento tem desencadeado uma série de eventos climáticos extremos, que causam consequências irreversíveis ao planeta e seus ecossistemas, como aumento do nível do mar, acidificação de oceanos e intensificação de fenômenos como secas e desertificação de áreas atualmente vegetadas. Dos 17 anos mais quentes já registrados na história, 16 ocorreram neste século. Esta crise escancara e intensifica as desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes, criando abismos de extrema marginalização. De acordo com o Painel Intergovernamental de Mudança Climática, os mais vulneráveis sofreram na última década 15 vezes mais os efeitos da crise climática, e esse cenário será ainda pior na década atual.

A emergência da justiça climática como um campo de estudo e ação política responde à necessidade de abordar as injustiças sociais exacerbadas pelas mudanças climáticas. **No Brasil, a vasta diversidade geográfica e socioeconômica implica que os impactos climáticos sejam desigualmente distribuídos, afetando desproporcionalmente comunidades já marginalizadas.** Por essa razão, uma audiência pública sobre a garantia de direitos frente aos impactos da crise climática é necessária para discutir estratégias, soluções e ações que possam melhorar o entendimento e sensibilizar a população sobre o tema. As Cartas de Direitos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Apresentação: 17/09/2024 15:14:01.297 - CPOV05

REQ n.51/2024

Climáticos visam enfrentar esses desafios ao documentar como as mudanças climáticas impactam o acesso a direitos básicos, através da mobilização e o engajamento dos territórios, no encontro do conhecimento tradicional com a ciência do clima. E apresentam à sociedade as prioridades determinadas pelos próprios cidadãos que são mais afetados em defesa de seus direitos. Essas soluções incluem a promoção da justiça climática, educação climática e políticas de adaptação e mitigação.

A audiência tem potencial de ser um espaço de diálogo do terceiro setor brasileiro com a sociedade para pensar o **desenvolvimento de políticas públicas por parte do legislativo e do executivo federal, tendo as cartas como ferramentas de governança climática inclusiva e democrática**. O Brasil, que tem na desigualdade sua cicatriz mais profunda, precisa trazer as diversas dimensões da justiça climática para o centro do debate, integrá-las a pesquisas, ao planejamento e à execução das políticas e obras públicas, e ao seu modelo de desenvolvimento. Estarão representados no debate, através de suas Cartas de Direitos Climáticos, territórios que refletem uma parte a diversidade geográfica e social do país, ilustrando a importância de uma análise local para pensar a garantia de direitos frente aos desafios desta crise.

Pelo motivo relevante, é que solicito o apoio dos nobres pares na aprovação desse requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputada Célia Xakriabá

PSOL/MG

